

Entre Vargens e Morrarias: a criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses¹

Ricardo Rodrigues Cutrim (UFMA)
Benedito Souza Filho (UFMA)

Palavras-Chave: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; Criação de animais; Modelos de Natureza.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

Introdução

Este trabalho toma como referência o modelo de natureza que orienta o modo de vida das *populações tradicionais* que historicamente vivem e trabalham na área hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que se dedicam à atividade de criação de animais e que, não ocasionalmente, aparece em oposição ao modelo do Estado.

O estudo teve como universo empírico o Povoado Mocambo, localizado no município de Barreirinhas-MA, e procura refletir sobre a relação entre humanos e não humanos a partir das análises em torno de uma atividade econômica tradicional e historicamente desenvolvida pelas famílias, a criação de animais, que aparece no Plano de Manejo daquela Unidade de Conservação de Proteção Integral como de baixo valor econômico e grande impacto ambiental.

Contrariamente a essa visão oficial, e levando em conta o ponto de vista daqueles que se dedicam a tal atividade, o trabalho procura demonstrar que essa atividade extrapola os fatores puramente econômicos, expressando um modelo de natureza compatível com a conservação do meio ambiente, expressando múltiplas formas de interação entre humanos e não humanos, derivados de processos históricos, mobilização de conhecimentos tradicionais na relação com o mundo biofísico e respeito aos ciclos ecológicos.

Mocambo, universo empírico deste trabalho, impressiona pela proximidade entre as casas e os campos de dunas, localmente chamados de *morrarias*, e por serem os seus moradores, exímios criadores de animais, especialmente de caprinos e ovinos.

Conforme o convívio com as famílias e aprofundando o conhecimento sobre elas, derivado do trabalho de campo realizado em etapas de entre 2015 e 2016, percebemos que a criação de animais é uma atividade que não está restrita ao seu valor econômico e, como no caso dos Nuer (Evans-Pritchard, 2013), constitui o vínculo de numerosos relacionamentos sociais e de trajetórias de *coevolução* com a natureza.

Apesar de sua importância, após a instituição do Parque, em 1981, a criação de animais se tornou uma atividade marginal, pois o Plano de Manejo (2002) daquela Unidade de Conservação limitou-se em classificá-la como de baixo valor econômico e de grande impacto ambiental. Como será mostrado, e levando em consideração as práticas daqueles que se dedicam à criação de animais, o trabalho procurará demonstrar que essa atividade, não representa uma ameaça ao ambiente do PNLN e, ao mesmo tempo expressa uma forma particular de interação com a natureza, compatível com a conservação do meio biofísico.

Mocambo: uma caracterização preliminar

Mocambo localiza-se dentro do perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, sendo que a maior parte de sua base territorial se encontra no Município de Barreirinhas/MA e a outra, menor, no Município de Santo Amaro/MA. Situa-se em uma região dos Lençóis Maranhenses classificada como região das areias², devido à grande extensão do campo de dunas.

Quando da pesquisa de campo, identificamos a existência de 15 (quinze) famílias distribuídas em 13 (treze) casas, com uma população total de 55 (cinquenta e cinco) habitantes, sendo 35 (trinta e cinco) adultos e 20 (vinte) crianças ou adolescentes, 32 (trinta e dois) homens e 23 (vinte e três) mulheres. Mendes (2018) atualizou esses números. Segundo a pesquisadora, Mocambo passou a ter 17 (dezesete) famílias e uma população total de 77 (setenta e sete) pessoas.

Os habitantes de Mocambo em sua maioria dedicam-se a pesca, a criação de animais, ao artesanato e às atividades agrícolas. Dentre as atividades agrícolas destacam-se o cultivo da mandioca e o plantio do caju, atividades estas que são geralmente realizadas em povoados vizinhos ou naqueles nos quais o morador de Mocambo possui alguma relação de compadrio ou parentesco, pois as poucas áreas propícias ao cultivo não são suficientes para realizar as atividades agrícolas e atender às necessidades da população local.

Quase que de forma unânime, os habitantes de Mocambo possuem em sua genealogia um ascendente comum, que é a família Luz, também conhecida como Luna, vindos de Buriti Grosso (povoado vizinho). Além dos Luna, um outro ramo familiar importante na constituição de Mocambo como agrupamento social é o dos “Helóy”. O sr. Helóy, vindo do Povoado Engenho, casou-se com Joana Luna (terceira geração) e constituiu família.

Nesse sentido, internamente, as famílias de Mocambo se dividem entre os Lunas e os Héléy. Os primeiros exercem uma liderança moral, através dos seus representantes mais velhos – Seu Inácio Luna (72 anos) e Seu Zeca Luna (90 anos) – são os principais detentores da memória daquele lugar. Estes últimos, por sua vez, dominam o comércio local e são representantes da quarta geração de famílias de Mocambo. Foi possível identificar a presença de pessoas provenientes dos Povoados Buriti Grosso (principal origem daqueles que vierem

de outras localidades), Massangano dos Massur, Boca da Lagoa, Tratada de Cima, Engenho, Maitá e Pacas. Mendes (2018) cita, ainda, pessoas oriundas dos Povoados Cabeceiras e Sucuruju. Tais povoados estão, em sua maioria localizados dentro dos limites do Parque.

Durante o período de realização do trabalho de campo, Mocambo não era servido de energia elétrica. A partir de julho de 2016 as primeiras casas passaram a receber energia elétrica e, em agosto de 2017, todas as casas já se encontravam com a energia elétrica instalada (MENDES, 2018). Sem energia elétrica, as famílias de Mocambo usavam os mais variados meios para ter acesso a energia por algumas horas da noite. Utilizavam baterias usadas de caminhões e automóveis, geradores movidos a óleo diesel e gás de cozinha para manter geladeiras em funcionamento.

Mocambo possui uma escola de ensino fundamental (1ª a 5ª série) e uma Associação de Moradores. Além da Associação de Moradores, integrantes das unidades familiares, em sua maioria, são filiados ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas e de Santo Amaro, assim como membros da Associação Funerária ligada a Ponta do Mangue (outro povoado do Parque).

A origem de Mocambo

Assim como Campos (2018) e Mendes (2018) destacamos três frentes de povoamento da área hoje identificada como Mocambo. A primeira delas indica que populações indígenas teriam ocupado a região em períodos pretéritos. Os interlocutores de Mocambo relatam que não é raro encontrarem utensílios de barro nas *morrarias*. Estes utensílios, segundo eles, seriam de origem indígena. Esse mesmo argumento é descrito por Ramos (2008) em seu livro *História de Barreirinhas: Portal dos Lençóis Maranhenses*, acrescentando que, apesar da inexistência de documentos probatórios, a memória oral indica a existência de índios Caetés e Tapuias em Barreirinhas/MA em fins do século XVIII e início do século XIX. Os índios Caetés, por exemplo, teriam migrado para regiões desconhecidas em consequência da aproximação contínua do grande campo de dunas (Ramos, 2008, p. 35).

Uma outra frente de povoamento que, inclusive, deu origem ao nome Mocambo, tem relação com o recrutamento compulsório para a Guerra do Paraguai, ocorrida no século XIX, no período de 1864 e 1870 (Mendes, 2018; Paula Andrade, 2017). Conforme estes autores e de acordo com as narrativas dos nossos interlocutores, com o objetivo de “escaparem” do recrutamento compulsório para a guerra, muitos se evadiram para regiões onde hoje

Mocambo está localizado. Foram se esconder ou, como dizem em Mocambo, foram se amocambar.

Desse movimento de se amocambarem surgiram outras três localidades próximas ao Povoado Mocambo: Rancharia, Caruto do Espia e Corta Bico. De acordo com o Seu Inácio Luna, Rancharia foi outrora um ponto de parada onde os soldados descansavam e faziam suas refeições, ou seja, se arranchavam (se juntavam). Corta Bico, por outro lado, originou-se da prática dos amocambados cortarem o bico dos galos, impedindo-os assim de cantarem e entregarem a localização dos escondidos.

Por último, Caruto do Espia seria um local de vigilância. Os amocambados subiam em um caruto bem alto, como denominam o topo de uma duna, e de lá avistavam se havia nas redondezas a presença de algum guarda, sendo utilizado, nesse sentido, como uma espécie de local de vigilância. Nos termos locais, caruto é uma porção de vegetação que nasce nos topos dos morros (Paula Andrade, 2017).

A terceira frente de povoamento de Mocambo, que consideramos uma das mais importantes, está relacionada com a presença de gado bovino e vaqueiros que utilizavam áreas de pastagem. Segundo Seu Inácio, Mocambo outrora era uma grande fazenda na qual Estevão Castro utilizava para o seu rebanho. Nesse movimento de idas e vindas do gado, os vaqueiros acabaram se instalando de vez naquela localidade.

Ramos (2008) destaca que a família Castro foi uma das mais influentes de Barreirinhas/MA e Estevão da Silva Castro teria sido o principal morador do Quarteirão de Barreirinhas e fundador da sede do Município (Paula Andrade, 2017). “No início da freguesia de Barreirinhas, foi Juiz de Paz, Subdelegado de Polícia. Tinha o título de Alferes e Tenente-Coronel” (Ramos, 2008, p. 48). Ainda, de acordo com Ramos, os mais antigos relatam que Estevão Castro era fazendeiro e comerciante bem-sucedido: “ele tinha fazenda por toda parte” (2008, p. 48).

O caso de Estevão Castro não é exclusivo em Mocambo, a história de povoamento de outras localidades do Parque está diretamente relacionada com os caminhos do gado de grandes fazendeiros de Barreirinhas/MA. É o caso, por exemplo, da memória de ocupação do Povoado Cedro, que inicialmente foi ocupado pelos vaqueiros do primeiro prefeito eleito de Barreirinhas, José Raimundo dos Reis, conhecido como Zé Reis.

Da leitura de Ramos (2008) e do livro Caminhos do Gado: Conquista e ocupação sul do Maranhão, de autoria de Maria do Socorro Coelho Cabral (2008), acreditamos que a ocupação do Parque tem relação direta com a corrente pastoril baiana que remonta ao início

do século XVIII, que se expandiu, de início, pelo interior do Piauí e Ceará, até finalmente alcançar o Maranhão com a travessia do Rio Parnaíba.

Nesse sentido, a família Castro (os primeiros proprietários de gado bovino em Mocambo), de origem portuguesa, teria se instalado no Brasil inicialmente na Bahia, em meados de 1750, tendo se espalhado posteriormente pelo Piauí e Ceará, e com menor intensidade, em Goiás em busca dos sertões (FONSECA, 2012). Esse fluxo migratório deve ter chegado no Maranhão, especialmente em Barreirinhas, no final do Século XVIII e início do Século XIX.

Em meados da metade do Século XX a pecuária bovina entrou em declínio devido à escassez de pastos que eram abundantes outrora, mas que com o passar do tempo foram cobertos pela ação dos ventos e movimento das dunas. Como veremos adiante, com a saída dos grandes proprietários, os vaqueiros permaneceram no local e especializaram-se na criação de ovinos e caprinos, animais estes que melhor se adaptaram àquele ambiente aparentemente hostil.

Mocambo e a sua sazonalidade

Sobre Mocambo, Mendes (2018) demonstrou como atividades de pesca e criação de animais, principalmente, podem ser influenciadas pela variação sazonal. A pesca no inverno é mais abundante devido a cheia e aparecimento das lagoas, poços e lagos, enquanto no verão a criação de caprinos é mais propícia em virtude da seca das lagoas e surgimento das vargens, pois, como apontado acima, os animais podem circular mais e ter acesso às variadas áreas de pasto.

Outro aspecto importante sobre a variação sazonal que ocorre em Mocambo é que ela muda as regras de acesso aos recursos naturais. Conforme apontado por Mendes (2018) e Paula Andrade (2017), assim como tem sido destacado nos demais trabalhos produzidos pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos em todo Parque, a regra é o uso comum dos recursos naturais, resguardadas as suas exceções e pormenores.

Em Mocambo, por exemplo, o local onde era uma *vargem* no verão pode se transformar em lagoa no inverno, e o local onde é lagoa no inverno pode vir a ser *vargem* no verão. As chamadas *vargens*, como denominam a vegetação que serve de pasto, são usadas de forma comum, ou seja, lá os animais de qualquer um podem se alimentar. Todavia, no inverso, as lagoas que se formam no solo de onde outrora era uma *vargem* podem possuir

dono, que utilizam as lagoas para criação de peixes, de uso privado ou restrito à família (Souza Filho, 2008 e Paula Andrade, 2008).

Nesse sentido, as práticas econômicas de Mocambo estão relacionadas com a sua ecologia e variação sazonal, que assim como no caso dos Nuer (Evans Printchard, 2013), não possuem em abundância. Os animais que vivem no domínio doméstico são poucos, a atividade agrícola é praticada em pequenas áreas e a pesca depende principalmente do período de cheia no inverso. A criação de caprinos, que pode ser em maior quantidade, se perde na imensidão de *morrarias* (como denominam o campo de dunas) e lagoas do Parque. Tudo isto sugere que essas populações respeitam o ciclo ecológico e suas atividades são de baixo impacto ao meio ambiente, o que contraria aquela concepção presente no Pano de Manejo do Parque, que seria uma atividade de baixo valor econômico e de alto impacto ambiental.

As *vargens* e o conhecimento geográfico e os animais – as múltiplas agências

Como já mencionado anteriormente, as *vargens* são vegetações rasteiras que crescem entre as *morrarias* após o período chuvoso ou seca das lagoas que *furam* as dunas. Conforme Campos (2018, p. 71), *furar* ou *rasgar* está relacionado com o transbordar de água de uma lagoa para outra. As *vargens* servem de alimento aos caprinos e ovinos durante todo o ano e ao gado bovino durante o verão, como nos explicou seu Inácio:

A vargem é capinada [com presença de capim], toda empastada [com pasto]. As *vargens* ficam empastada quando as lagoas furam, e aí aquelas baixas secas, e aí sai o pasto. Corre um corregozinho pelo meio e fica vargem dum lado e outro onde as criações pastam. Têm inúmeras *vargens*. Seu Inácio. Entrevista realizada em 10/01/2015

A variação sazonal durante o ano aumenta ou diminui a oferta de *vargens*, o que requer por parte das famílias, arranjos diferenciados durante as estações do ano. No verão, por exemplo, tanto caprinos e ovinos, quanto o gado bovino, circulam livremente pelas *vargens* em busca de alimentação. Já no inverno, devido a formação das lagoas e desaparecimento de algumas *vargens*, a oferta de pasto diminui, o que faz com que as famílias tenham que transportar o gado bovino para outras localidades – tais como Mirinzal e São José do Saco.

Mendes (2018) relata em seu trabalho que presenciou uma cena na qual o Seu Inácio telefonou para um amigo, a fim de dispensar um frete contratado para transporte dos seus

animais (o gado) ao Povoado São José do Saco (local onde seu Inácio possui familiares). O motivo da dispensa deveu-se ao fato de não ter conseguido reunir seus animais em tempo hábil, já que seus animais estavam espalhados pelas *morrarias* e *vargens*.

Além da remoção do gado bovino para outras localidades, a cheia dos lugares onde outrora eram *vargens* fazem com que os caprinos e ovinos circulem menos, pois ficam impedidos de atravessar de um lado para outro. Quando chega o verão, as *vargens* ressurgem em abundância, ocorre o retorno do gado bovino à Mocambo, caprinos e ovinos, por sua vez, podem novamente percorrer longas distâncias em busca de água e pasto pelas *morrarias*, lagoas e *vargens*. A variação sazonal, portanto, influencia tanto os modos de vida dos moradores de Mocambo como também o comportamento dos animais.

Para além do uso material das *vargens*, é importante destacar que estas também são lugares que abrigam relações históricas, sociais e demonstram o vasto conhecimento que aqueles que se dedicam à criação de animais possuem acerca do meio biofísico. Nesse sentido, as *vargens* são agentes importantíssimos na cosmologia (Little, 2003) dos moradores do Povoado Mocambo e representam um lugar de pertencimento no sentido dado por Escobar (2005), ou seja, denota a experiência humana com o mundo biofísico.

Assim como no caso das *morrarias*, existe uma variada toponímia nativa acerca das *vargens*, o que, por conseguinte as revelam como lugares de memória, expressando os valores que o grupo mantém sobre o ambiente, valores estes que aparecem como função direta do sistema de conhecimento ambiental (Little, 2003).

Seu Inácio nos relatou a história de algumas dessas *vargens*. Uma delas é a Vargem da Colher. Segundo o relato, o nome Vargem da Colher originou-se em decorrência do Seu Inácio ter perdido uma colher naquela vargem. De acordo com a narrativa, na hora da refeição seu Inácio não achou a colher, o que fez com que ele mobilizasse vários vaqueiros. O fato é que a colher não foi achada e até hoje essa história faz parte do imaginário social daqueles que se dedicam a essa atividade.

Seu Inácio nos contou também a história da Vargem do Arrodiador. De acordo com o relato, é nessa vargem que os vaqueiros de todos os povoados se encontram durante o campo geral e rodeiam, montados a cavalo, os seus animais (caprinos e ovinos) para colocá-los no curral. Por fim, o Seu Inácio nos falou sobre a história da Vargem da Cruz, que seria o lugar de falecimento de uma senhora que, devido a uma doença, estava sendo transportada em uma rede até o Município de Primeira Cruz, para de lá seguir para um hospital de São Luís/MA. De acordo com Seu Inácio, até hoje existe uma cruz naquela *vargem*. Assim, as

vargens são tanto áreas de pasto, quanto espaços de relações sociais oriundas do encontro desses devires humanos e não humanos, que se expressam nessa cosmografia local. Além dessas *vargens*, seu Inácio nos relatou a existência de inúmeras outras:

no sair da Ponta do Mangue, [tem a] vargem do Arrodiador, tem Itaquiri, tem Ilha Grande, tem Vargem do Gengibre, tem Lagoa das Traíra, ou é vargem das traíra, e tem Varinha, e tem as Vara, tem Vargem do Mirim, e tem Vargem do Carcará, Vargem do Morrão, Vargem da Berradeira, Vargem da Colher, Vargem do Saco, Vargem do Caruto, Vargem do Carcará, Carcará de novo, outro Carcará, aí sai Cabeluda... Vargem da Berradeira. São as *vargens* conhecidas onde os vaqueiros se encontram. Seu Inácio.

Entrevista realizada em 10/01/2015.

De acordo com Souza Filho (2019), a forma como os criadores de animais refere-se às *vargens*, *morrarias*, *morros* e demais ecossistemas expressa uma verdadeira cartografia nativa, que se manifesta através do mapeamento que os habitantes de Mocambo fazem dos elementos naturais, a partir desses processos de nomeação para identificar os distintos lugares. Como os animais alimentam-se dessas *vargens*, os vaqueiros necessitam conhecer a localização de cada uma delas na busca dos seus animais. O conhecimento dessas inúmeras *vargens* expressa a capacidade dos moradores de Mocambo operarem com mapas mentais que possibilita aos vaqueiros e aos moradores, o desenvolvimento dessa atividade, que combina os saberes associados ao comportamento dos animais, as características ecológicas da região em termos sazonais e a agência não humana.

A criação dos animais soltos

O fato dos animais (caprinos e ovino) de Mocambo serem historicamente criados soltos, longe da vista dos seus *donos*³, talvez seja um dos principais fatores que chamam atenção daqueles que começam a se familiarizar com este tipo de atividade.

Como conceber, por exemplo, que para juntar parte do rebanho de ovelhas, os que se dedicam a tal atividade necessitem de um intervalo de três a quatro dias cavalcando por entre

³ os vaqueiros vigiam periodicamente os animais que estão sob suas responsabilidades, então eles não estão rigorosamente longe da sua vista

as *vargens e morrarias*? Como conceber que esses animais estejam longe do olhar dos donos?

Logo quando ouvimos falar que os animais de Mocambo passavam dias ou até meses percorrendo as inúmeras *vargens e morrarias* do Parque, longe da vista dos seus donos, achamos muito estranho e logo nos perguntamos: como isso era possível?

Ingold (1980) ao se deparar com o caso dos pastores de renas no nordeste da Finlândia, se surpreendeu por não ter visto os prometidos animais, já que os mesmos estavam dispersos ao redor das florestas e sobre as colinas, longe da vista dos seus pastores. De qualquer modo, Ingold relata que havia sido convencido de que os animais existiam e que, em determinado momento, uma equipe de pastores seria enviada para procurá-los.

Apesar desse autor manifestar o desejo em comprar alguns desses animais, logo foi convencido por alguns dos seus informantes que não deveria comprar nenhum, pois as chances de tê-los novamente em suas mãos seriam remotas. Eles (os animais) poderiam, afinal de contas, refugiar-se em uma infinidade de lugares do deserto que tem uma extensão de milhares de milhas quadradas.

Apesar de não ter adquirido nenhum daqueles animais, Ingold se indagou: “*que tipo de economia era aquela, em que a propriedade animal viva vagava de forma selvagem sobre o solo, muito além do alcance de seus possuidores, e em que o simples senso comum parecia ditar contra possuir qualquer animal*”? (Ingold, 1980, p. 1) O autor se indagou por que então esses animais não eram caçados, já que viviam aparentemente de forma selvagem?

No caso de Ingold, ele observou que, dependendo da região, recaía sobre a rena três modos de produção - *caça, pastoreio e pecuária*. Cada um desses modos poderia ser definido, preliminarmente, em termos de oposições, uma no nível ecológico, e as outras duas no nível social.

A oposição ecológica seria relativa à associação entre os homens e os rebanhos, em que uma dessas associações seria de predação e a outra de proteção. O pastoreio seria então atividade protetora, já que os pastores não trabalham com a lógica do mercado, consumindo só o necessário e agindo de forma a proteger e aumentar o seu rebanho, enquanto a caça e a pecuária seriam predatórias, já que, no caso de ambas, o animal seria abatido exclusivamente para o consumo da carne ou criado para ser colocado à disposição do mercado.

A primeira oposição social teria relação com a forma de acesso aos animais, denotando racionalidades diferentes de compartilhamento e acumulação. Nesse sentido, na economia da caça, os animais não pertenceriam a ninguém, portanto, todo mundo teria direito

à sua carne. Em economias pastoris e pecuárias, os animais no constituem propriedade privada sobre a qual o proprietário tem um direito exclusivo de disposição (Ingold, 1980).

A segunda oposição social apontada por Ingold seria entre a produção para subsistência (no caso do pastoreio) e a produção para o mercado (no caso da pecuária). No caso da subsistência, a relação seria de proteção ao animal e ao meio ambiente e, no caso da pecuária, a relação seria predatória e de grande consumo nas reservas de riquezas naturais (animal, vegetal e mineral).

O caso analisado por Ingold (1980) guarda semelhanças com a situação agora estudada. As famílias de Mocambo também criam os seus animais soltos a perder de vista, assim como a atividade não é fundamentalmente orientada ao mercado. Seu Inácio, por exemplo, nos informou que dificilmente vende suas ovelhas e que só as consome se necessário. Acaba sendo uma reserva de valor e fonte proteica:

P – [Seu Inácio], o senhor gosta de criar animais [gado bovino, caprinos e ovinos]?
E - Eu gosto. A gente gosta de criar porque você sabe, qualquer momento que a gente está com uma necessidade a gente já sabe onde agarrar.
Seu Inácio. Entrevista realizada por Ricardo Cutrim e Denis Campos, janeiro de 2016.

Esse tipo de economia acaba parecendo desprovida de valor econômico aos olhos de agentes estatais, já que a economia desses grupos possui dinâmicas próprias, que em muito se difere de uma visão puramente economicista moderna. A forma como as famílias de Mocambo se relaciona com os seus animais extrapola essa visão equivocada, sustentada na ideia de predação da natureza ou de irracionalidade econômica. Contrariamente a essa visão, está ancorada em valores e princípios que revelam relações de proteção, carinho e afeto:

P - Se eu Inácio, ainda agora o senhor estava me falando que tem um trato especial com os seus animais, com o seu gado, me conta um pouco mais sobre isso. O senhor me disse que suas vacas lhe obedecem, que o senhor as tratava com carinho, como é que é isso?
E- O gado que eu lutava aqui todinho era obediente. P - E como o senhor fazia para ele ficar obediente?
E - Era com carinho. Lutava com carinho com o gado, a boiar, juntar, botar para o curral, fazer eles dormir no curral tudo junto né, soltava aqui hoje e amanhã depois eu ia botar tudinho de novo para trás e eles não se apartava dos outros, só era junto né, daqui eu botava pro Centro lá para as capoeira. A vaca que eu chamava flor do gado, que era dona do outro gado todinho.
E – Lembro que tinha a vaca gemedeira, essa era boa de leite, muio famosa; tinha a chamada vaca pintada; tinha a vaca codorna; tinha a vaca morena; tinha a vaca corte, é por que um cara cortou um parto dela e ela se empiedou e nós ficava chamando ela de corte; tinha a vaca guachelo; aquela vacas veia cabeludas a gente chamava de guaxinim, tudinho era nome, tinha a pataca,

que era a vaca que tinha uma roda branca no pescoço. E esse gado todinho era entendido pelo nome na hora que nós chamávamos.

E - Chamava e onde ela estivesse ela berrava. E era nossa luta, Os meus animais também tudinho eu botava nome neles.

P - Quais animais?

E - Eu tinha uma égua, mas uma égua famosa mesmo, era branca [o nome dela]. Chamava Branca e podia chamar que onde ela estivesse ela vinha. Seu Inácio. Entrevista realizada por Ricardo Cutrim e Dênis Campos, janeiro de 2016).

O fato de os caprinos e ovinos serem criados soltos na grande extensão do Parque também marca uma das grandes diferenças entre um modelo de natureza dito moderno e aquele próprio das *comunidades tradicionais* do Parque. Seu Inácio, por exemplo, nos informou que considera a proibição de criar os animais soltos como um dos motivos, além da escassez dos pastos, para diminuição do gado, principalmente bovino, já que, desse modo, os animais ficam limitados de acessarem às áreas de pasto livremente.

Alguns arranjos que permitem a criação de animais – o sistema de marcações

Como os animais de Mocambo são criados soltos, circulando livremente pelas *morrarias e vargens* existentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, além de todo conhecimento ecológico, que até aqui já foi destacado, tal atividade requer também uma série de arranjos internos que tornam essa atividade possível.

Um desses arranjos consiste em que aqueles que se dedicam a tal atividade tenham que ir periodicamente monitorar os animais sob sua responsabilidade, ou melhor, como dizem os nossos interlocutores, devem ir fazer o *campo ou campear* de mês em mês ou de dois em dois meses, para, finalmente, em dezembro realizarem o que denominam de *Campo Geral*⁴

É durante o chamado *campo* que os *vaqueiros* checam como estão os seus animais e verificam se há novas *crias*. Se houver novas *crias*, faz-se uma marcação na orelha esquerda denominada de *senal* ou *diferença*. Cada família possui uma combinação de marcas feita na orelha esquerda que corresponderia ao que denominam de *diferença*. Esta marcação é uma forma de identificar a família à qual pertencem os caprinos e ovinos, a fim de diferenciá-los dos demais, já que são muitas as famílias no Parque que se dedicam a tal atividade.

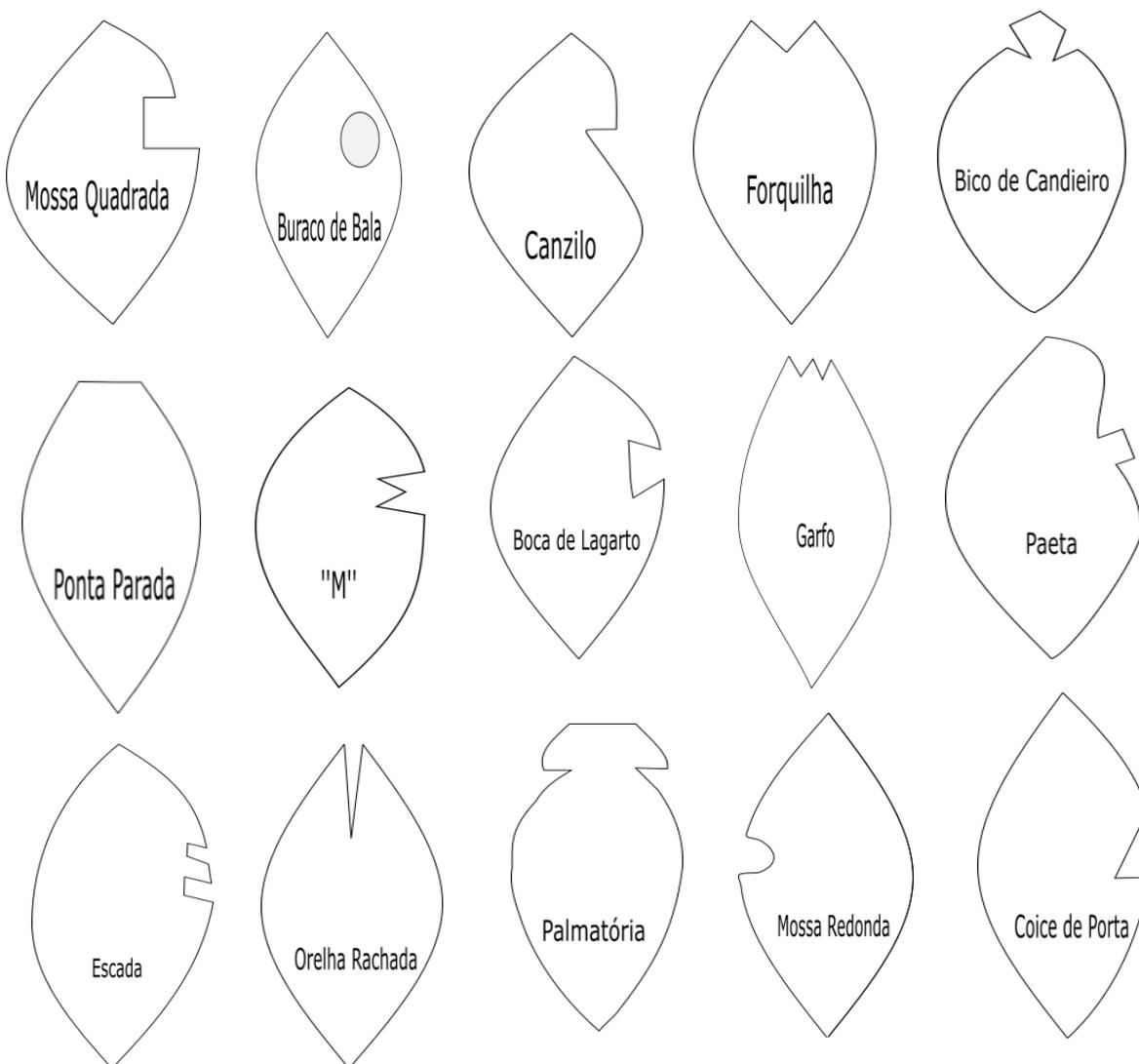
O *campo geral* é realizado uma vez por ano, momento em que todos os *vaqueiros e donos* de caprinos e ovinos do Parque reúnem os seus animais, levam de volta aos seus respectivos

⁴ O campo geral é quando os vaqueiros de diferentes localidades realizam a reunião de todo o rebanho de cada povoado. Ocorre uma vez por ano, geralmente em dezembro.

povoados e fazem o *senal* ou *assinatura* na orelha direita do animal. A *assinatura*, além de definir a propriedade do animal é o instrumento usado para se fazer a partilha entre o *dono* da criação e o *vaqueiro*, que nem sempre são os mesmos.

Souza Filho (2019) indica que essas marcações são uma forma de definição de propriedade que permite a utilização de uma mesma área por distintos animais de propriedade de criadores de localidades igualmente diferenciadas, ou seja, são arranjos internos que permitem que os animais percorram livremente por essas áreas durante todo o ano. De acordo com o seu Inácio *são muitas as marcações porque são muitos donos*. Abaixo alguns exemplos dessas marcas que permitem a composição dessas *assinaturas* e *diferenças*. Os desenhos foram frutos de anotações em caderno de campo e leitura do Souza Filho (2019):

Figura: Desenhos das marcas feitas nas orelhas de caprinos e ovinos



Elaborado pelos autores. A última imagem é a representação de uma orelha do animal elaborada por Seu Inácio em uma folha de árvore.

Além da *assinatura e diferença*, existe ainda uma outra marcação denominada *divisa*. De acordo com seu Inácio, por exemplo, *buraco de bala* é uma marca geral porque é uma *divisa*. A *divisa* serve literalmente para dividir o rebanho entre os herdeiros ou outros familiares, além dos casos de venda. Como as marcações na orelha do animal geralmente levam as marcas do chefe da família, coloca-se uma *divisa* para identificar a qual membro da família o animal pertence.

De acordo com o seu Inácio todas as famílias de todos os povoados do Parque que se dedicam a criação de caprinos e ovinos utilizam esse sistema de marcação nas orelhas dos animais. Nesse sentido, existe um compromisso de cooperação interna entre os criadores de identificar e oportunamente cuidar dos animais uns dos outros, o que inclusive articula esses povoados entre si. Conforme nos relatou seu Inácio, abaixo destaco algumas famílias e povoados que se dedicam a criação de caprinos e quais são as marcações de origem de cada um deles.

Quadro 1: *Identificação da marcação por família e comunidade*

Marcação	Comunidade	Família
Buraco de bala	Mocambo	Luna (principalmente)
Canzilo	Buriti Grosso e Mocambo	Tecelão
Morsa quadrada	Buriti Grosso e Mocambo	Diversas famílias
Morsa por cima	Mocambo	Luna
Morsa por baixo	Mocambo	Luna
Garfo	Ponta do Mangue	Pinto e Lisboa
M	Baixa Grande, Sucuruju e Grosso	Britos e Garcia
Escada	Ponta do Mangue	Brito e Garcia
Bico de Candieiro	Buriti Grosso	Hilário
Boca de lagarto	Mocambo	Castro
Gancho	Lavado do Maneco e Suc	Garcia
Coice de porta	Mocambo	Loia

Palmatoria	Buriti Grosso	Onça
Paêta	Buriti Grosso	Hilário
Morsa redonda	Buriti Grosso	Tecelão

Elaborado por Ricardo Cutrim a partir de informações de Seu Inácio Luna.

Importante esclarecer que essas são apenas as origens dessas marcações. Possivelmente as mesmas estão presentes em todas as comunidades tradicionais do Parque, pois as marcações são transmitidas de pais para filhos e quando esses contraem matrimônio tanto o homem quanto a mulher levam consigo as marcas dos seus animais como se fosse um sobrenome. Por isso, os animais do Parque têm marcado literalmente em seus corpos, histórias de territorialidades (Little 2002) e de como as famílias do Parque tem casado entre si.

Sistema de Partilha: o *laço*

Assim que os caprinos e ovinos chegam a Mocambo, após o *campo geral*, os animais são reunidos para o *laço* – também chamado de *sorte* (Souza Filho, 2019). O *laço* é o sistema de partilha entre o *dono* do rebanho e o *vaqueiro*, orientado por uma divisão que denominam 3 X 1 (três por um), ou seja, a cada três caprinos ou ovinos, dois ficam para o dono e um para o *vaqueiro*. O *laço* pode ser só de fêmeas ou só de machos, vai depender do acordo realizado entre o dono e o *vaqueiro*. De acordo com os nossos interlocutores e, conforme aponta Souza Filho (2019), caso ainda sobre crias e não seja alcançado o número de três animais para uma nova divisão, a complementação poderá ser feita no ano seguinte após um novo *campo geral*, a depender da relação entre o dono do rebanho e o *vaqueiro*. Vejamos nas palavras do seu Inácio como é esse sistema de partilha:

Aí o vaqueiro vai dizer pro patrão, disse agora nós vamos dar os laços, o laço significa três cria que tão diferenciada, então o patrão tira duas assina, bota o sinal dele, e o vaqueiro tira uma e bota o sinal dele também. Aí dar-se essa história de dê um laço. - Sim patrão, dê um laço! - Dê um laço de fêmea, era só fêmea. O patrão disse: - ainda tem? disse: - tem. - Do outro laço de macho? - dá. Pega três carneiro e chega aqui o patrão tira dois e o vaqueiro tira uma. Aí o patrão assina o lado direito com o sinal dele, já tá dele, o vaqueiro assina o lado direito, aí é do vaqueiro. O patrão diz: - ainda tem ainda? - tem. Daí da outro laço de fêmea dá, aí dá outro laço de fêmea, a mesma coisa, aí se terminou, terminou, se ficou uma cria, ou se fica duas cria, o patrão confiar no vaqueiro, ele diz logo vamos assinar logo essas duas cria pra não sair diferenciada e quando a ovelha parir novamente ou então a cabra aí tu assina o outro pra completar, quando o patrão tem aquele confiança no vaqueiro e quando não tem deixa as duas cria

diferenciada, né. E aí se só tem uma cria diferenciada também fica pra outro ano. as vezes no outro ano quando agarra já é parida ou então é carneiro grande.
Seu Inácio. Entrevista realizada por Ricardo Cutrim e Dênis Campos, janeiro de 2016.

A orelhuda: o dever dos vaqueiros e o comportamento do animal

Durante o *campo* ou o *campo geral* pode ocorrer de os *vaqueiros* encontrarem caprinos ou ovinos sem marcação alguma, ou seja, a cria está *orelhuda*. Nesses casos, de acordo com o Seu Inácio, os *vaqueiros* de qualquer localidade têm o dever de identificar o dono daquele animal. Esta identificação é realizada através do comportamento do animal. Os filhotes, sejam de cabra ou de ovelha, ficam sempre perto de suas mães para a amamentar. Então é a partir desse convívio e com a observação da marcação da mãe que os *vaqueiros* identificam a criação. De acordo com o seu Inácio, as vezes os *vaqueiros* encontram cabra *orelhuda* “buchuda” que nunca largou da mãe:

Vamo botá aqui junto com a mãe dela aqui de lá do Mocambo, então pega, diferença com a diferença da ovelha. Esse aqui é os **dever** de todos os *vaqueiros*, Buriti Grosso, é Sucurujú, é Baixa Grande, é Mocambo.

Tá reconhecendo é, filho e mãe. Aí agarrou aqui e pode botar lá. Taí é filho dessa aqui. os *vaqueiros* aqui tudo faz isso. Rapaz, essa aqui está orelhuda, essa aqui é lá do Mocambo, mas nós não vamos deixar orelhuda

As vezes nós encontramos é cabra as vezes buchudas, orelhuda e a cabra mãe dessa buchuda está parilha com outro cabrito, mas ela nunca largou.

Seu Inácio. Entrevista realizada em 10/01/2015.

Segundo Souza Filho (2019), o compromisso que os *vaqueiros* de qualquer localidade possuem em colocar a marcação nos animais, mesmo de outros povoados, não se deve apenas a um compromisso ético e moral, mas essa solidariedade é importante porque o que está em jogo é o patrimônio daqueles que se dedicam a tal atividade, principalmente os *vaqueiros*. Por essa razão, inclusive, - continua Souza Filho (2019) - é que periodicamente os *vaqueiros* fazem o *campo*, a fim de identificar e marcar com a *diferença* os animais que estão sob os seus cuidados.

Pode ocorrer de os *vaqueiros* não conseguirem identificar a origem da criação *orelhuda*. Nesse caso, os *vaqueiros* estão autorizados a matarem e comerem o animal durante o *campo*:

Ele (o animal) se desgarrou da mãe, aí não tem como saber, os *vaqueiros* matam.
Seu Inácio. Entrevista realizada em 10/01/2015.

No momento do preparo da comida, durante o *campo*, os *vaqueiros* reúnem o esterco do animal e o utilizam para fazer o fogo e cozinham os alimentos. Os rapazes de Mocambo (de 12 a 16 anos) costumam dizer que a refeição feita durante o *campo* é melhor do que qualquer outra.

Casos de matança da criação: “o cachorro tem que morrer”

Não raramente ocorre de uma *criação* ser morta por cães de moradores que transitam pelo Parque. Nesse caso, existem dois procedimentos a serem adotados: ou o dono do cachorro o sacrifica ou deverá pagar a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) por animal morto. De acordo com seu Inácio, o delegado sindical é o responsável por intermediar esse tipo de negociação.

Até recentemente, a única medida adotada nos casos de morte de caprinos e ovinos por cães era o sacrifício do animal. Contudo, com o passar dos anos (cerca de três anos atrás), os criadores de animais entenderam que o sacrifício do cachorro malfeitor era uma pena muito leve, por isso passaram a cobrar o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Seu Inácio nos informou que dificilmente alguém paga esse valor, pois todo mundo é amigo e reconhece as condições financeiras de cada um, por isso, a aplicação da pena acaba recaindo mesmo sobre o cachorro. Outro ponto que dificulta a penalização é a dificuldade de comprovar que determinado cachorro foi o responsável pela morte de caprinos e ovinos:

O cachorro subiu o morro matou criação, é descoberto, é o cachorro de fulano de tal, é. Aí a gente vai lá - **Siô, ou o senhor vai pagar as criações ou você mata o seu cachorro.** Aí ele vai pagar um bocado de criação? Ele mata o cachorro. E aí o prejuízo foi pra quem? Pra nós, e ele não teve prejuízo nenhum porque ele só matou o cachorro dele. Mas aí esse negócio de matar cachorro vem de muito longe, mas eu disse pro pessoal - gente vamos mudar, que isso aí nós estamos tendo prejuízo. E porque o companheiro não corre em cima da vantagem quando o cachorro mata uma [criação] pra ele matar o cachorro dele para não provocar mais. É porque ele diz logo deixa matar. No dia que descobrir eu mato o meu cachorro e eles tomam prejuízo. Aí eu disse:

- isso aqui nós vamos mudar agora. Cachorro do companheiro subiu o morro matou uma ovelha? Matou. De quem era a ovelha? de fulano de tal. Vocês viram mesmo o cachorro matando? disse: Vimo, foi o cachorro quem matou a criação, pois você tem o direito de pagar. Aí se você quiser tirar o seu cachorro você tira, se não quiser ninguém tem nada a ver. Agora tantas ele mate você paga. Aí foi criado desse tempo pra cá. Tá com uns três anos. Mas o povo ainda continua porque é amigo. O cachorro mata uma criação e aí o dono se zanga muito e diz agora eu faço pagar, mas quando chega lá onde o companheiro é amigo e ele fica naquele carinho e diz - ora siô, eu não sabia, se eu soubesse que o cachorro estava matando eu não deixava. E aí naquela conversa ele compra o dono da criação - Rapaz, pois tu tira o teu cachorro e mata e acabou-se a história.

Seu Inácio. Entrevista realizada por Ricardo Cutrim e Dênis Campos, janeiro de 2016.

No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, de maneira divergente do Código Civil Brasileiro, a responsabilidade de ressarcimento pelos danos causados por animais (nesse caso o cachorro) não recai diretamente sobre o dono, mas sobre o próprio animal que, não raramente precisa pagar pelos danos causados com a própria vida.

O aumento do turismo e algumas implicações para os criadores de animais

Em conversas com os nossos interlocutores de Mocambo, foi comentado que o aumento do turismo e instalação de pousadas tem prejudicado a criação de animais no Parque. A demanda por carne de caprinos, principalmente, tem feito com que os caprinos e ovinos sejam roubados ou mortos por terceiros para venda nas pousadas.

O advento desses novos agentes que não compartilham os códigos que orientam o modo de vida das *populações tradicionais* e que, possivelmente, não conhecem as regras e arranjos internos relativos à criação de animais, acabam por prejudicar uma atividade econômica importante para as famílias, pois, se para as pousadas os caprinos e ovinos são apenas itens que podem ser inseridos na dinâmica do mercado do turismo, para as famílias do Parque que se dedicam a essa atividade, a continuidade da mesma, segundo a forma historicamente instituída, representa a constitui-se a expressão de modelo de natureza fundado em interações entre humanos e não humanos, entre natureza e cultura, vistos indissociadamente.

Considerações Finais

A criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral ainda hoje continua sendo a principal política de preservação da natureza adotada pelo estado brasileiro. Desse modo, o estudo sobre os modos de vida das populações que vivem e se reproduzem historicamente nesses espaços são fundamentais para compreensão das formas alternativas de ser e de viver entre grupos humanos e meio ambiente.

Em grande parte das áreas protegidas existentes no Brasil (principalmente no caso dos Parques), os modelos de natureza do Estado e das populações que vivem nesses espaços acabam entrando em choque devido a histórica dicotomia entre natureza e cultura (Arruda, 1999). Se para tais populações o mundo biofísico é parte da sua razão histórica (Little, 2003), ou seja, seus costumes e suas práticas são construídas a partir do relacionamento histórico com a natureza, fundamentadas em um direito consuetudinário. Por outro lado, para boa parte das políticas de conservação da natureza do Estado, a presença de tais populações são incompatíveis com os fins de uma área protegida, não levando-se em consideração os processos históricos de ocupação e uso, suas relações com o mundo biofísico, seus conhecimentos, costumes e práticas.

No caso deste artigo, a partir da relação entre os habitantes de Mocambo e o meio biofísico que os cerca, buscamos problematizar a oposição entre cultura e natureza que, pelo menos desde meados do Século XVII, domina a prática científica e fundamenta a concepção de áreas protegidas.

No caso de Mocambo foi possível observar que essa dicotomia não subsiste de forma tão demarcada, de modo que agentes não humanos (tais como *morrarias*, *vargens* e animais) ganham personalidade na visão dos nossos interlocutores.

No caso da criação de animais (caprinos e ovinos), o Plano de Manejo daquela Unidade de Conservação limitou-se em definir tal atividade como de baixo valor econômico e de grande impacto ambiental. Este artigo, por seu turno, tentou demonstrar que o valor dos animais para as famílias de Mocambo extrapola o sentido estritamente econômico, expressando práticas, saberes e numerosos relacionamentos sociais.

Os tipos de interações que essas populações estabelecem com o mundo biofísico, não se fundamenta em uma perspectiva utilitarista da natureza. No caso da criação de caprinos e ovinos, tal atividade não é voltada prioritariamente para o consumo imediato ou mesmo para o mercado, mas como uma reserva de valor que tem também significados simbólicos e afetivos para as famílias.

As próprias condições ecológicas e de variação sazonal do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses não permitem, assim como no caso dos Nuer (Evans-Pritchard, 2013), que os moradores do PNLM possuam animais em quantidade suficiente para degradar o ambiente, já que as suas práticas econômicas respeitam os ciclos ecológicos, o que revela não só a riqueza de saberes e práticas em torno de tal atividade, como também sinaliza a compatibilidade da mesma com a conservação ambiental.

Bibliografia

- ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, ano 2, n.5, 2. sem. 1999.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho, **Caminhos do gado**. 2 ed. São Luís: EDUFMA, 2008.
- CAMPOS, Dênis Victor Lemos. **A Morraria Anda Demais: modalidades de interação entre humanos e ambiente no parque nacional dos lençóis maranhenses**. 107 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.
- ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Buenos Aires, CLACSO, p.69- 86, 2005.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2ª ed. 5ª impressão – São Paulo: Perspectiva, 2013.
- FONSECA, Jorge Ricardo Almeida. **Depois que atravessaram o mar: Família Castro e grupos afins (1568-1750-2011)**. Edição do autor. 2012.
- INGOLD, Tim. **Hunters pastoralists and ranchers: Reindeer economies and their transformations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

MENDES, Diana Patrícia. **Entre O Inverno E O Verão: comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Terra de índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: EDUFMA, 2008.

PAULA ANDRADE, Maristela de. et al. **Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil: Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Relatório de Pesquisa. GERUR/UFMA. São Luís, 2017.

RAMOS, Baial. **História de Barreirinhas: Portal dos Lençóis Maranhenses**. São Luís. 2008.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA, 2008

SOUZA FILHO, Bendito. **Comunidades tradicionais e formas de interação com a natureza: a relação entre humanos e não humanos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. In: SHIRAIISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; SOARES, Ana Paulina Aguiar; SOUZA FILHO, Benedito (orgs). **Problema Ambiental: Naturezas e Sujeitos em Conflito**. São Luís: EDUFMA, 2019.